

## **Zonas Rurais e Agricultura pós 2013**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

A União Europeia começou a debater a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para as suas Zonas Rurais e a Agricultura pós 2013. Um debate difícil num contexto difícil, principalmente, porque cresce a apetência pela redução do orçamento desta política.

Pretende-se que a Política Agrícola Comum (PAC) possua a capacidade de melhorar a sua solidariedade e equidade entre Países e Regiões, de Regiões como a nossa.

Acima de tudo, a PAC é uma importante política de proximidade e não deve perder este objectivo, pois só assim aceita as especificidades das Regiões.

Esperam-se novas medidas que possam justificar a despesa pública, desde logo, a PAC deve ter uma vertente decisivamente alimentar, energética, ambiental, de mercado e de coesão territorial.

Este é um tema que ganha particular importância para nós Açorianos, uma vez que a Região é considerada “Zona Predominantemente Rural” segundo a metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Isto significa que mais de 50% da população reside em Municípios com uma densidade demográfica <150 hab/km<sup>2</sup>.

Por esta metodologia, o Meio Rural caracteriza 99,6% do território Açoriano abrangendo 93% da população. Isto significa que este não é um assunto menor.

Falamos de uma razão territorial e sectorial que abrange um conjunto de vivências e de inter-relacionamento de uma população perante o meio físico que ocupa.

O pós 2013 é um tema que deve ser preparado também nos Açores, atendendo ao facto que o Meio Rural Açoriano e a sua Agricultura configuram uma identidade muito própria ao Arquipélago, posicionando-se como um valor estratégico no desenvolvimento desta Região.

O Meio Rural Açoriano e a sua Agricultura pela multiplicidade de funções que desempenham assumem-se como elementos dinâmicos onde se podem encontrar, também, respostas para os reptos contemporâneos que enfrentamos, designadamente, o alimentar, a coesão territorial, a fixação de pessoas, o ambiental, as alterações climáticas, a gestão da água e do solo, o de saúde pública, o fomento de energias alternativas e renováveis, entre outros.

É especialmente a actividade agro-indústial láctea que ganha predomínio no seio da Agricultura regional constituindo um dos principais alicerces da economia Regional e suportando o surgimento de outras actividades económicas.

Para além de uma perspectiva exterior de reconhecimento, o Meio Rural Açoriano e a sua Agricultura legitimam internamente uma atenção permanente, atendendo à sua vulnerabilidade, heterogeneidade, mas sobretudo, ao seu potencial latente.

O Meio Rural Açoriano é um elemento “vivo” e um bem comum e, como tal, é fundamental compreendermos à priori como nos afecta e como o afectamos.

Em todos estes sentidos, é preciso ouvir e perceber as organizações da sociedade civil sedeadas no Meio Rural, as Associações Agrícolas, as Cooperativas e Indústrias Agro-Alimentares, as pequenas e médias empresas familiares e outros negócios em nome individual ou colectivo.

É preciso, igualmente, acompanhar as mudanças de natureza social e económica do Meio Rural e encontrar os seus contributos em aspectos como a fixação de população, a coesão territorial, a energia, o rejuvenescimento e o combate ao envelhecimento, a segurança alimentar, na qualidade dos alimentos, na diversificação da economia rural e na produtividade agrícola.

Estes são pressupostos da PAC e esperamos da nova PAC.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia  
Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados  
Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

Nunca é demais relembrar o que queremos em matéria de Zonas Rurais e Agricultura, nalguns casos é mesmo relembrar, noutros é afirmar novas vontades.

Vamos a alguns exemplos

Reconhecemos e devemos fazer reconhecer o elevado grau de naturalidade e diversidade genética que caracteriza o território Açoriano. Esta é uma riqueza da humanidade.

Reconhecemos e devemos fazer reconhecer que a escassez de empregos e a estrutura etária do Meio Rural, reduzem significativamente o potencial de cada Ilha.

Reconhecemos e devemos fazer reconhecer que é necessário criar sistemas de produção agrícolas, pecuários e florestais economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis.

Reconhecemos e devemos fazer reconhecer que a agricultura é a principal actividade económica do Meio Rural e que é uma actividade, também, muito praticada em complemento de rendimento de outras actividades.

Reconhecemos e devemos reconhecer que o Meio Rural Açoriano qualifica e atesta a excelência dos seus produtos agro-alimentares e promove o seu conhecimento local e externo, pelos benefícios inerentes à Saúde humana.

Reconhecemos e devemos fazer reconhecer que interessa valorizar sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a conservação da natureza, da biodiversidade e para o ordenamento do espaço rural

Reconhecemos e devemos fazer reconhecer que o Meio Rural Açoriano garante a existência de um turismo com singularidades próprias como o rural ou o de natureza, constrói valor paisagístico, oferece história, cultura, música e gastronomia, é habitação, proporciona bem-estar e é espaço de férias.

Reconhecemos e devemos fazer reconhecer que o Meio Rural não apresenta as mesmas oportunidades ou constrangimentos em todas as Ilhas. Existem Ilhas marcadas pela dupla-insularidade que lhes incute maiores dificuldades.

Reconhecemos e devemos fazer reconhecer que a inovação, a promoção, o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e a diversificação das actividades económicas no Meio Rural Açoriano são elementos essenciais no desenvolvimento local de cada uma das Ilhas.

Queremos, acima de tudo, valer princípios à prova de tempo.

Senhoras e Senhores Deputados somos da convicção que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem de assumir um papel de protagonismo sobre o Meio Rural Açoriano e a sua Agricultura transpondo as preocupações políticas dos Açores ao Governo da República, ao Parlamento Europeu e às Instituições Comunitárias, no âmbito da reforma da PAC.

Acreditamos que o Meio Rural Açoriano representa uma condição de sucesso para o futuro desta Região e um passaporte para o relacionamento dos Açores com o mundo.

### **Disse**

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte Projecto de Resolução:

- 1. Que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores encarregue a Comissão Permanente de Economia de definir uma posição sobre o Meio Rural e a Agricultura pós 2013, no âmbito do debate Comunitário das perspectivas financeiras 2014 - 2020, perante os Governos Regional e da República, o Parlamento Europeu e as Instituições Europeias.**
- 2. A referida posição deve ser apresentada até ao Plenário de Junho de 2011.**

Disse

António Ventura

18/03/10